

ENCONTRO DE LIDERANÇAS

Fundap: o adeus está próximo

Cidades agora verão minguar o volume de recursos, que em 2011 chegou a R\$ 597 milhões

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

Os municípios capixabas, que foram beneficiados no ano passado com R\$ 597,3 milhões do ICMS do Fundap – o valor já chega a R\$ 432,3 de janeiro a outubro deste ano – não poderão mais contar com o mesmo volume de recursos a partir do próximo ano. Eles terão que encontrar outras alternativas para manter a receita de seus municípios.

Em janeiro, entra em vigor a alíquota unificada de 4% do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. E com a redução da alíquota, que hoje é de 12%, a arrecadação oriunda da importação vai despencar, minguando os recursos das prefeituras, que dividem entre si os 25% do ICMS das importações.

Na avaliação do presidente do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex), Severiano Alvarenga Imperial, as empresas importadoras, aquelas que utilizam os benefícios do Sistema Fundap, devem antecipar para dezembro parte das importações que fariam no próximo ano.

Com isso poderão nacionalizar as mercadorias com a alíquota de 12% que estará em vigor até 31 de dezembro. Se a estratégia for adotada, garantirá aos municípios um bom repasse no mês de janeiro. Já para fevereiro, com a nova alíquota em vigor, os repasses serão mesmo minguados.

ARRECADAÇÃO

No acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação do ICMS sobre as importações totalizou R\$ 1,7 bilhões. No fechamento do ano, a cifra deverá superar a casa do R\$ 2 bilhões. Mas a tendência é de queda drástica a partir de fevereiro próximo. Estimativas do Sindiex apontam para perdas de cerca de R\$ 600 milhões para os municípios a partir do próximo ano.

Vitória é o município



GILDO LOYOLA/ARQUIVO

Movimentação nos portos capixabas será impactada com mudanças em tributação de produtos importados

VEJA O QUE ELES VÃO PERDER

Confira os dados de repasses no ano, diante da ameaça de redução dos valores a partir de janeiro de 2013.

ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ICMS FUNDAP ESTE ANO

Cidade	Acumulado jan/out (R\$)	Ran-king
Vitória	88.947.814,90	1º
Serra	53.641.935,52	2º
Vila Velha	29.330.772,19	3º
Anchieta	27.324.658,05	4º
Cariacica	21.314.962,69	5º
Aracruz	17.614.027,99	6º
Linhares	15.512.796,38	7º
Cachoeiro de Itapemirim	14.790.768,23	8º
Colatina	9.044.807,70	9º
São Mateus	8.011.485,98	10º
Itapemirim	6.986.811,30	11º
Santa Maria de Jetibá	6.009.695,36	12º
Viana	4.747.226,98	13º
Domingos Martins	4.591.580,20	14º
Nova Venécia	4.513.756,81	15º
Conceição da Barra	4.103.022,23	16º
Guarapari	3.804.699,22	17º
Jaguare	3.631.758,35	18º
Barra de São Francisco	3.623.111,31	19º
Ecoporanga	3.558.258,48	20º
Venda Nova do Imigrante	3.342.082,39	21º
Castelo	3.290.200,12	22º
Afonso Cláudio	3.039.435,86	23º
Pinheiros	2.996.200,64	24º
São Gabriel da Palha	2.844.877,37	25º
Rio Bananal	2.844.877,37	25º
Baixo Guandu	2.797.318,63	27º
Montanha	2.667.612,98	28º
Santa Teresa	2.615.730,72	29º
Vila Valério	2.481.701,54	30º
Sooretama	2.434.142,80	31º
Marechal Floriano	2.434.142,80	31º
Alegre	2.434.142,80	31º
Mimoso do Sul	2.308.760,66	34º
Iúna	2.295.790,10	35º
Vargem Alta	2.075.290,49	36º
Alfredo Chaves	2.040.702,31	37º
Muniz Freire	1.975.849,48	38º
Conceição do Castelo	1.928.290,74	39º
Pancas	1.910.996,66	40º
Santa Leopoldina	1.746.702,83	41º
Guaçu	1.720.761,69	42º
Itaguaçu	1.699.144,08	43º
Brejetuba	1.664.555,91	44º
São Domingos do Norte	1.604.026,60	45º
Ibatiba	1.604.026,60	45º
Governador Lindenberg	1.582.408,99	47º
Atílio Vivácqua	1.582.408,99	47º
Mariândia	1.539.173,78	49º

Cidade	Acumulado jan/out (R\$)	Ran-king
Irupi	1.539.173,78	49º
Iconha	1.530.526,73	51º
Águia Branca	1.517.556,17	52º
Boa Esperança	1.495.938,56	53º
Mucurici	1.491.615,04	54º
Pedro Canário	1.461.350,38	55º
Laranja da Terra	1.444.056,30	56º
São Roque do Canaã	1.426.762,21	57º
Piúma	1.426.762,21	57º
Presidente Kennedy	1.418.115,16	59º
Vila Pavão	1.400.821,08	60º
João Neiva	1.374.879,95	61º
Itarana	1.348.938,82	62º
Ibiraçu	1.318.674,16	63º
Marataízes	1.310.027,12	64º
Água Doce do Norte	1.245.174,29	65º
Muqui	1.227.880,20	66º
São José do Calçado	1.206.262,59	67º
Ponto Belo	1.184.644,99	68º
Mantenópolis	1.180.321,46	69º
Ibitirama	1.145.733,29	70º
Jerônimo Monteiro	1.011.704,11	71º
Alto Rio Novo	990.086,50	72º
Fundão	959.821,85	73º
Rio Novo do Sul	942.527,76	74º
Dores do Rio Preto	938.204,24	75º
Apiacá	791.204,50	76º
Bom Jesus do Norte	717.704,63	77º
Divino de São Lourenço	700.410,54	78º
Total	432.352.184,41	

Evolução da arrecadação do ICMS importação (Fundap) no Estado

Ano	Valor (R\$)	Variação (%)
2001	889.395.639,11	-
2002	687.059.825,48	-23%
2003	795.329.889,06	16%
2004	1.210.932.889,75	52%
2005	1.405.787.486,13	16%
2006	1.590.154.540,31	13%
2007	1.905.297.610,53	20%
2008	2.207.722.670,74	16%
2009	1.745.571.868,60	-21%
2010	1.740.266.534,58	Estável
2011	2.389.252.169,16	37%
2012(*)	1.729.408.737,63	-

(*) Acumulado até outubro

capixaba que fica com a maior fatia do bolo tributário dividido entre os municípios. Nos 10 meses do ano, os repasses para a Capital somaram R\$ 88,9 milhões. A expectativa é que a cidade feche o ano com recursos superiores a R\$ 110 milhões.

O segundo município no ranking dos repasses é Serra, que acumula, em 2012, R\$ 53,6 milhões.

A unificação da alíquota de ICMS em 4% vai enfraquecer o Fundap, que é uma importante fonte de receita para grande parte dos municípios capixabas. Com a mesma alíquota valendo para todos os Estados, não haveria vantagem aparente para concentrar as importações pelos portos capixabas.

EMPRESAS FICAM

Mesmo com perda drástica de receita e com a redução dos incentivos para os importadores não deverá haver fuga das empresas que atuam na área de comércio exterior, acredita Imperial, "As empresas que têm pé, que têm raízes fincadas aqui, os que trabalham o incentivo, que usam o incentivo para fazer negócios, não vão se mudar da noite para o dia", destaca.

As que não fizeram investimentos no Espírito Santo tendem a se mudar para outros Estados. A expectativa é que no decorrer do ano, pelo menos um terço das empresas que trabalha com importação deixe o Estado.

O que deverá acontecer, explica Imperial, é o desemprego, porque as firmas terão que cortar os excessos e acabarão por demitir funcionários. A tendência é que as empresas que não permanecerão no Espírito Santo comecem a deixar o Estado no segundo trimestre do ano.

Com a mudança na legislação, o Estado, a partir de janeiro, abrirá mão da receita. Os municípios ficarão com 1% do que for recolhido e 3% retornarão para as empresas para que façam seus investimentos.